

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXI | Nº 1358 | de 01 a 18/10/2015

Rumo à greve!



Petrobrás se nega a negociar a Pauta pelo Brasil

Mais uma vez, a Petrobrás se recusou a negociar a Pauta pelo Brasil. Há três meses, a FUP e seus sindicatos vêm tentando discutir com os gestores alternativas para que a companhia mantenha-se como uma empresa integrada de energia, preservando investimentos, postos de trabalho, conquistas e direitos dos trabalhadores. A Petrobrás, no entanto, ignora completamente a Pauta pelo Brasil.

No último dia 05, a Federação chegou a convidar a holding, as subsidiárias e a Fafen-PR para uma negociação conjunta na sede da entidade. A Petrobrás recusou a proposta, reforçando o impasse em torno da imposição de um processo de negociação fracionado, "com gerentes de terceira linha, destituídos de poderes para decidir, caracterizando assim a inutilidade dos entendimentos", como ressalta a FUP na Carta Aberta aos Trabalhadores, cuja íntegra pode ser acessada no site da Federação.

A intransigência dos gestores da Petrobrás levará a categoria à greve. A despeito de todas as movimentações das gerências para tentar desmobilizar o movimento, os petroleiros seguem engajados, participando das atividades de prepa-

ração à greve, enquanto aguardam o comando da FUP para interromperem suas atividades.

Terrorismo não cola

No dia 02 de outubro, a FUP enviou à Presidência da Petrobrás uma interpelação para que se posicione sobre o terrorismo que os gerentes vêm fazendo com os trabalhadores, afirmando em reuniões públicas e fechadas que a empresa "está quebrada" e que "chegará com caixa zerado em meados de 2016".

Pelegos não terão vez

A FUP vem atuando junto ao Ministério Público do Trabalho para garantir o direito de greve dos petroleiros. O objetivo é impedir ações antissindiais da Petrobrás, como o financiamento de equipes de contingências, que lucram em cima da luta de toda a categoria. É inadmissível a empresa gastar milhões com horas extras de pelegos, enquanto tenta impor aos demais trabalhadores os custos da crise.



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

Petrobrás piora ainda mais o Plano de Negócios 2015/2019

O receituário para “combater a crise” é o mesmo: diminuir investimentos e aumentar a produtividade. Objetivo é assegurar os lucros dos acionistas privados

Reduzir investimentos e custos para assegurar geração de valor aos acionistas. Com este objetivo confesso, a atual direção da Petrobrás divulgou novos ajustes no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2015/2019. A informação foi enviada em comunicado interno da empresa no dia 05 de outubro e também consta no blog “Fatos e Dados”.

As justificativas da empresa para a nova revisão do PNG são os “novos patamares do preço do petróleo (Brent) e taxa de câmbio (R\$/US\$)”. Mais à frente, o comunicado entrega o jogo. “Assim, de modo a preservar nossos objetivos fundamentais de desalavancagem e geração de valor para os acionistas, estamos ajustando nossas previsões de investimento e gastos operacionais gerenciáveis”.

No primeiro quadro, a direção da Petrobrás mostra que os investimentos em 2015, que antes estavam em

US\$ 28 bilhões, foram reduzidos para US\$ 25 bilhões. Para 2016, o cenário desenhado é ainda pior, diminuindo em US\$ 8 bilhões (de US\$ 27 bi para US\$ 19 bi) os investimentos da empresa.

A revisão do PNG ainda reduz em US\$ 1 bilhão os gastos operacionais gerenciáveis em 2015 (de US\$ 30 bi para US\$ 29 bi) e em US\$ 6 bilhões (de US\$ 27 para US\$ 21) no próximo ano.

Já as metas de produção permanecem as mesmas, apesar da redução de verbas: 2,125 milhões de barris por dia em 2015 e 2,185 milhões

de barris por dia em 2016.

A projeção de desinvestimentos para o biênio 2015-2016 foi mantida em US\$ 15,1 bilhões, sendo cerca de US\$ 700 milhões em 2015 e US\$ 14,4 bilhões em 2016.

As duas últimas mudanças no PNG evidenciam que a Direção e o Conselho de Administração da Petrobrás estão comprometidos a voracidade dos acionistas privados por lucros cada vez maiores, sem que a Petrobrás cumpra papel econômico e social relevante para o desenvolvimento do país.

Faça sugestões alternativas ao PNG

A FUP disponibilizou um *hotsite* para a categoria poder enviar propostas alternativas ao Plano de Gestão e Negócios da companhia para o período de 2015/2019. As sugestões enviadas ao serão fundamentais para apontar caminhos para que a Petrobrás mantenha os investimentos no país, sem abrir dos seus ativos, gerando emprego e renda, preservando, assim, o seu papel de principal indutora do desenvolvimento nacional.

O link para o *hotsite* está na página inicial do site da FUP: www.fup.org.br

Benefício Farmácia

Como a cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) sobre o Benefício Farmácia não estava sendo cumprida, a FUP pressionou e exigiu o rompimento do contrato com a operadora, o que ocorreu em 15/09. Agora a FUP exige que a Petrobrás inicie, o mais rápido possível, os procedimentos necessários para garantir a retomada do benefício e assim cumprir o ACT.

Como não há mais farmácias credenciadas, segundo a AMS/Petrobrás, provisoriamente o Benefício Farmácia tem duas formas de atendimento:

Delivery – O delivery deverá ser usado para compra de medicamentos oncológicos e/ou de alto custo, cujo preço unitário seja maior que R\$ 300,00. Este valor refere-se a cada medicamento e não ao valor total da compra. Para receber o medicamento em casa, os beneficiários devem solicitar pelo e-mail deliverybf@petrobras.com.br

Reembolso – Para os demais medicamentos, os beneficiários devem comprar em qualquer farmácia, pedir a nota fiscal e guarda-la juntamente com a receita, ou cópia desta, para posterior reembolso.

O desconto relativo à participação do Benefício Farmácia ficará suspenso a partir de outubro e até o restabelecimento do benefício.

Faça o que eu digo...



...mas não faça o que eu faço! Gestores cortam gastos com manutenção e demitem trabalhadores, mas os luxos da cúpula estão mantidos.

Tempos de crise exigem mudanças de hábitos para superar o mais depressa possível o momento de dificuldade. Em Curitiba, por exemplo, pesquisa feita pelo Instituto Paraná Pesquisas apontou que 72% dos entrevistados mudaram a forma de consumo, diminuindo gastos com lazer, deixando de fazer algumas compras de itens que não são de primeira necessidade ou ainda saindo menos para jantar.

A amostragem indica que a “receita caseira” para enfrentar a recessão mostra que os cortes começam pelos supérfluos. Em uma grande companhia, como a Petrobrás, o receituário dos gestores é o mesmo, certo? Não. Os dois andares que abrigam a cúpula dos diretores no edifício sede da empresa, o Edise, no Rio de Janeiro, devem ser revitalizados a partir de um pré-projeto estimado internamente em R\$ 70 milhões.

Enquanto isso, a foice rola solta no chão de fábrica. Na Repar, o contrato de manutenção permanente, cuja empresa licitada é a Manserv, teve cerca de 40 trabalhadores dispensados por requisição da gestão da refinaria. Aproximadamente 200 trabalhadores estavam neste contrato de dois anos e renovável. As demissões, além de deixar trabalhadores e seus familiares desamparados, interferem nas condições de segurança das instalações, uma vez que se trata de uma redução de 20% de pessoal em um serviço fundamental.

Uma curiosidade é que nas planilhas de custo do novo contrato não consta o HH (homens/hora trabalhada), mas sim o número de trabalhadores, o que mais uma vez desmascara o discurso de que a Petrobrás contrata serviços e não pessoas.

Histórico recente da manutenção

Há pouco mais de um ano, a manutenção permanente da Repar era realizada pela empresa Niplan, que não conseguiu cumprir o contrato e abandonou em menos de seis meses. Nessa época, havia cerca de 240 trabalhadores terceirizados neste serviço. Em seguida, a Nippon assumiu já com corte de pessoal, passando para aproximadamente 200 trabalhadores. Também com poucos meses de atuação, a empresa deu o calote. Aí surgiu a Manserv, inicialmente com um contrato tampão, que passou a ser definitivo. Os cortes continuaram e atualmente o serviço é feito por cerca de 170 trabalhadores. Uma redução de 30% no efetivo no período de um ano.

Soberania e desenvolvimento na pauta dos movimentos sociais

Seminário realizado em Curitiba debateu energia, educação, saúde e indústria

Trabalhadores e trabalhadoras de diversas regiões do Paraná e de distintas categorias profissionais participam, nesta sexta-feira (2), do Seminário “Soberania e Desenvolvimento: Energia, Educação, Saúde e Indústria”, promovido pelas entidades que compõem o Fórum de Lutas 29 de abril.

Setor elétrico: herança maldita da privatização

A primeira mesa temática de debate tratou da “análise do setor elétrico: herança maldita da privatização neoliberal”. Gilberto Cervinski, que também é da coordenação do MAB, recordou da luta histórica e das articulações do movimento social no tema da energia. “Fizemos uma aliança dos movimentos sociais e trabalhadores e debatemos há cerca de quatro anos a política energética nacional, composta por três grandes setores: petróleo, energia elétrica e agro combustíveis, onde a função social da terra passa a ser gerar energia e não alimento”, ressaltou. De acordo com ele, o que acontece hoje no setor petrolífero é apenas a reprodução do que já foi visto em outras cadeias do setor energético. “O que aconteceu no setor elétrico agora tentam fazer no setor petróleo. Toda essa ofensiva contra a Petrobras e exatamente o que aconteceu no setor elétrico. A realidade da energia pode ser o futuro do setor petróleo. Se a Petrobras for privatizada ou fracionada, o povo brasileiro vai ter muito mais dificuldades para resolver seus problemas sociais históricos, que vão desde a saúde até a reforma agrária”, completou.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná e membro da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Ulisses Kaniak, traçou um histórico do desenvolvimento da Copel, estatal elétrica do Governo do Paraná que está sob risco de ser privatizada. “Na década de 70 foram construídas as grandes usinas hidrelétricas do Paraná. A Copel conseguiu

além de fornecer energia para o estado inteiro, com tarifas muito baixas até a década de 90, também ajudava o restante do País através da rede interligada da Eletrobrás. A partir dos anos 90 veio a ofensiva neoliberal com um marco regulatório para o setor. Ouvia-se que as estatais eram cabides de emprego, não eram eficientes, tinham que ser privatizadas porque o setor privado tinha mais capacidade para gerenciar-las, mas a realidade e que eram empresas muito eficientes. Capitalismo e corrupção andam lado e lado e o privado não tem melhores condições de gerenciamento. As empresas do setor eram baratas e de fácil gerenciamento”, analisa.

Kaniak também explicou como funciona o sistema de distribuição de energia elétrica, avaliando a questão do custo final para o consumidor. “A Copel foi fracionada. A geração foi separada da distribuição. A empresa tem que comercializar através das regras, ou seja, por meio de um atravessador que vai cobrar por isso e o resultado e uma tarifa muito mais cara”, relata. Para ele, a Copel é uma das principais fontes de renda do Governo do Estado, que apesar de ser acionista majoritário da empresa, tem apenas 30% das ações que geram dividendo e mesmo assim recebe um bom volume de recursos anualmente. “A Copel tem dado R\$ 1 bilhão de lucro todos anos. Metade do lucro é pago em dividendo para acionistas privados, ou seja, são R\$ 500 milhões de lucro todo ano. Para o acionista é muito mais fácil ganhar o lucro do que ter que gerenciar a empresa e responder para a Aneel, Comissão de Valores Imobiliários, Ministério do Trabalho e tudo mais”, afirmou.

Petróleo, indústria e o povo brasileiro

A segunda mesa temática do seminário foi sobre o petróleo. O coordenador técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Sandro Silva, apresentou dados da Petrobrás na economia brasileira. “Em 2005, a estatal tinha 54 mil trabalhadores e terminou o ano de 2014 com 81 mil empregados próprios. Desses, 58 mil trabalham diretamente na Petrobrás,

15 mil atuam nas subsidiárias e empresa controladas e oito mil nas empresas controladas no exterior. Se somarmos próprios e terceirizados, a empresa conta com 373 mil trabalhadores em 2014”, destacou.

Sandro surpreendeu o público ao citar os dados sobre os investimentos da companhia. “Em 2006, a Petrobrás investia 33,7 bilhões de reais por ano. O pico foi atingido em 2013, com R\$ 104 bilhões. Já em 2014 a estatal investiu R\$ 87 bilhões. As verbas foram destinadas principalmente na exploração e produção, seguido do abastecimento, gás e energia. Os investimentos da Petrobrás na maioria do período demonstrado representam uma vez e meia o investimento feito pelo Governo Federal como um todo”, comparou.

O secretário de saúde da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e dirigente do Sindipetro PR e SC, Silvaney Bernardi resgatou o histórico de exploração do petróleo no Brasil, desde a década de 50. A fala do dirigente passou pelo sucateamento vivido a partir dos anos 1990, chegando até a alta produtividade vista hoje no pré-sal. Após a descoberta do pré-sal pela Petrobrás, o governo Lula iniciou um novo modelo chamado de partilha de produção, que a bem da verdade significa o monopólio no pré-sal, onde a estatal deve ter participação mínima de 30% nos campos de exploração. “A mudança do regime teve como principal argumento o volume das reservas, o risco da doença holandesa, a preocupação em garantir o conteúdo local e empregos nos Brasil e o desenvolvimento tecnológico com



Movimentos sociais unidos em torno da luta por soberania

domínio brasileiro”, afirmou.

Diante desta enorme riqueza natural, o governo federal optou em aumentar a sua participação acionária na Petrobrás através da cessão de cinco bilhões de barris. “Um fato de destaque, pouco divulgado foi que o petróleo excedente nessas áreas da cessão onerosa chegaram a 12 bilhões de barris e o governo decidiu em contratar diretamente a Petrobras para explorá-lo, o que é permitido pela lei, exatamente o que a FUP e os movimentos sociais defenderam para que fosse realizado no campo de Libra, podemos interpretar isto como uma vitória tardia, consequência na nossa luta

contra o Leilão de Libra”.

Silvaney ainda destacou os ótimos resultados da Petrobrás.

“Em 82% dos 144 poços que a empresa perfurou na área do pré-sal foi encontrado petróleo. No mundo, a média gira em torno de 30%. A Petrobrás também vem quebrando recordes e já produz mais de um milhão de barris de petróleo equivalente na área do pré-sal, cuja expectativa é de que



Bernardi, sobre o PLS 131 de Serra: “A justificativa do tucano é tirar o ônus da obrigação da Petrobrás ser operadora única. Isso, após a empresa ter assumido todos os riscos e investir pesadamente, desenvolver tecnologia para exploração em águas profundas e ter em mãos o mapa da mina, é um crime de lesa-pátria”

176 bilhões de barris além do já descoberto, ou seja, um total de 273 bilhões. Nesta condição, o Brasil vai saltar para o segundo lugar no ranking dos países com as maiores reservas de petróleo”. Outra informação importante colocada pelo diretor da

FUP foi que 75% da produção mundial e 95% das reservas comprovadas são controladas por estatais”.

Em meio a todas essas notícias positivas, uma crítica contundente aos entreguistas. “Os tucanos querem apresentaram três projetos para mudar o regime de partilha e tirar a participação da Petrobrás no pré-sal. A maior ameaça é o PLS 131, de autoria do senador José Serra, que tramitava em regime de urgência no Senado, mas graças à mobilização da FUP e movimentos sociais voltou a transcorrer no regime normal da Casa. “A justificativa do tucano é tirar o ônus da obrigação da Petrobrás ser operadora única. Isso, após a empresa ter assumido todos os riscos e investir pesadamente, desenvolver tecnologia para exploração em águas profundas e ter em mãos o mapa da mina, é um crime de lesa-pátria”, denunciou.

A mesa sobre petróleo terminou com a fala do coordenador do Sindicato dos Petroquímicos do Paraná (Sindiquímica-PR), Gerson Castellano. Ele trouxe a experiência da Fábrica de Fertilizantes do Paraná (Fafen-PR), que passou pelo processo de privatização, mas voltou a ser adquirida pela União através da Petrobrás no ano passado. “A Fafen foi criada em 1981 e foi um dos primeiros casos de privatização dessa onda neoliberal que começou com Collor e se estende até hoje. Sentimos o impacto de cara, com perdas de empregos e aumento dos preços dos fertilizantes aos produtores”, relatou. Segundo Castellano, o Brasil ainda importa 75% da ureia e depende muito do produto que vem do Marrocos, Rússia e China. “A Petrobrás tem feito investimentos nos últimos anos para diminuir essa taxa de importação de ureia, porém falta concluir algumas obras”.

Luta em defesa da Petrobrás ganha destaque nos protestos em todo país

Movimentos sociais e sindicais foram às ruas contra a agenda conservadora

A Frente Brasil Popular e o Fórum de Lutas 29 de Abril, organizações que reúnem entidades da sociedade civil, sindicatos, fundações e partidos, convocaram protestos no sábado (3) e conseguiram mobilizar diversas pessoas em várias capitais, como Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, João Pessoa, Recife, Porto Alegre, Salvador e Teresina.

A defesa da Petrobrás foi o grande mote das manifestações. A data foi escolhida por marcar o aniversário de 62 anos da estatal petrolífera brasileira. A luta contra as privatizações e o ajuste fiscal,



“A Petrobrás deve seguir investindo em tecnologias para o pré-sal e no conteúdo nacional. Temos que afastar a possibilidade de venda de ativos e patrimônio da empresa, porque é uma forma de privatização disfarçada”.

Anacélie Azevedo
diretora do Sindipetro e da CUT-PR



Manifestação em Curitiba: defesa da Petrobrás no foco da luta popular

e a defesa das liberdades democráticas também estavam na ordem do dia.

Para Anacélie Azevedo, diretora do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e secretária da mulher trabalhadora da CUT Paraná, a Petrobrás é o grande patrimônio do povo brasileiro e muito maior do que os casos de corrupção que envolvem ex-diretores da empresa e de empreiteiras. “Somos totalmente contra a corrupção, mas os corruptos é que devem ser punidos, e não as empresas”, disse em alusão aos milhares de empregos perdidos nas obras paralisadas em decorrência das investigações da Operação Lava Jato. “A Petrobrás deve

seguir investindo em tecnologias para o pré-sal e no conteúdo nacional, que estabelece a compra de equipamentos e serviços de empresas brasileiras, responsável por gerar emprego e renda no país. Temos que afastar a possibilidade de venda de ativos e patrimônio da empresa, porque é uma forma de privatização disfarçada”, completou.

A luta contra as privatizações foi um tema bastante explorado na manifestação em Curitiba porque as estatais Copel (energia elétrica) e Sanepar (água e saneamento) também correm o risco de serem apropriadas pela iniciativa privada. A intenção de privatizar as estatais chegou

a ser anunciada pelo secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa e pode acontecer, pois estava prevista no “pacote” enviado pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legislativa. Neste caso, ações das empresas seriam vendidas ao mercado. A possibilidade fez com que movimentos sociais organizassem a “Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas Paranaenses”.

Em Santa Catarina, a Frente Brasil Popular organizou manifestações em Blumenau e Joinville, além da capital Florianópolis. O diretor do Sindipetro Paraná e Santa Catarina André Luis dos Santos participou do ato

em Joinville e destacou os significativos investimentos oriundos da Petrobrás no fomento da educação e da saúde. “Isso evidencia o quanto a Petrobrás atua no desenvolvimento social e não pode ser submetida à lógica de mercado”, afirmou.

A Frente Brasil Popular foi lançada no dia 05 de setembro, em uma grande plenária realizada na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de resistir ao avanço do conservadorismo ideológico no país, decorrente de ações da direita extrema, e colocar a pauta dos movimentos na agenda nacional. Já o Fórum de Lutas 29 de Abril tem finalidades semelhantes, mas também destaca o massacre aos servidores públicos do Paraná pela ação do governo Beto Richa naquela data e é um instrumento de articulação das lutas populares no Paraná.



“A Petrobrás atua fortemente no desenvolvimento social do país e não pode ser submetida à lógica de mercado”.

André Luis dos Santos
diretor do Sindipetro

